Processo TC nº 021.324/2006-0
TOMADA DE CONTAS – **Recurso de Reconsideração**

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Examina-se recurso de reconsideração (peça 79) interposto por André Luís Bonifácio de Carvalho, ex-diretor do Departamento de Apoio à Descentralização do Ministério da Saúde, contra o Acórdão nº 4441/2014-1ª Câmara (peça 55), mediante o qual esta Corte julgou irregulares as suas contas, condenou-o ao ressarcimento das quantias especificadas no item 9.4 e aplicou-lhe multa no valor de R\$ 15.000,00, fundamentada no art. 58, II, da Lei nº 8.443/92.

2. O débito identificado nos autos é decorrente da emissão de passagens aéreas utilizadas pelo responsável para se deslocar até a sua cidade de origem sem que restasse comprovada a finalidade pública das viagens. Adicionalmente, a decisão *a quo* registrou a ocorrência de falhas na contratação, acompanhamento e prestação de contas dos serviços de consultoria constatadas no âmbito de termos de cooperação firmados com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

3. Após examinar os autos, o auditor responsável pela instrução propõe o provimento parcial do recurso por reconhecer que duas das quatro viagens impugnadas foram motivadas por eventos de interesse público. Em vista disso, sugere que do montante total de débito imputado pela deliberação vergastada sejam subtraídas as parcelas de R\$ 2.139,88 e R\$ 1.988,63. Tal proposta de encaminhamento foi endossada integralmente pelo corpo diretivo da Serur, consoante pronunciamentos de peças 93 e 94.

4. Assim como a unidade técnica, entendo que restam justificados os pedidos de viagens referentes aos PDC nºs 72 e 348, uma vez que os dados contidos nos relatórios dessas viagens são confirmados por declaração emitida pela Secretária de Saúde do Município de João Pessoa/PB à época dos fatos (peça 16, p. 38). Como bem pontuou a Serur, esse documento goza de presunção *juris tantum* de veracidade e, por esse motivo, deve prevalecer aquilo que nele se achar atestado até que se produza prova idônea e inequívoca em sentido contrário.

5. Por fim, releva frisar que o acórdão combatido apenas aplicou ao responsável a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443/92, conforme se depreende da leitura do seu voto condutor, cujo excerto transcrevo a seguir (peça 53, p. 02-03):

“13. Quanto à ausência de controle e de transparência no repasse e na prestação de contas sobre os recursos transferidos no âmbito do 2º Termo de Ajuste do 15º Termo de Cooperação e do 1º Termo de Ajuste do 39º Termo de Cooperação, ambos celebrados com a OPAS, não obstante os acordos serem anteriores ao exercício em exame e o Tribunal ter reconhecido, em outras ocasiões, que essas medidas estariam vinculadas a um processo de aprimoramento em curso, as irregularidades verificadas no presente processo são graves e não foram adequadamente justificadas pelo Diretor André Luis Bonifácio de Carvalho.

[...]

16. Assim, tendo em vista a grave omissão do ex-gestor em zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos, deve ser imputada a André Luis Bonifácio de Carvalho a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, para a qual fixo o valor de R\$ 15.000,00.”

6. Em vista disso, assiste razão à unidade técnica quando propõe a manutenção do valor da penalidade, ainda que tenha havido a redução do débito, haja vista a multa ter decorrido exclusivamente das irregularidades constatadas no gerenciamento dos termos de cooperação firmados com a OPAS, as quais não foram elididas pelo responsável.

7. Ante os elementos constantes neste processo e por considerar adequada a análise efetuada pela unidade técnica, este representante do Ministério Público/TCU manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento sugerida pela Serur (peça 92), no sentido de que esta Corte conheça e dê provimento parcial ao recurso de reconsideração interposto pelo Sr. André Luís Bonifácio de Carvalho, a fim de

Continuação do TC nº 021.324/2006-0

excluir as parcelas de R\$ 2.139,88 e R\$ 1.988,63 do débito imputado pelo Acórdão nº 4441/2014-1ª Câmara, mantendo-se inalterados os demais termos do *decisum*.

Ministério Público, em agosto de 2015.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral